
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

DECRETO Nº 759, DE 11 DE JANEIRO DE 2008.

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel denominado COMUNIDADE TABOQUINHA, situado no Município de Belém, no Estado do Pará, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e legislação subsequente, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, com suas alterações posteriores, e tendo em vista que constitui uma das metas prioritárias do atual Governo, a implementação de medidas administrativas e projetos voltados às finalidades do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Poder Central como forma de possibilitar o desenvolvimento social e o crescimento econômico do País, a partir do acréscimo de emprego e de geração de renda,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, a fim de ser desapropriado em favor da Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, por via amigável ou judicial, o imóvel urbano abaixo caracterizado, constituído de um terreno com área de 10.693,068 metros quadrados, perímetro 448,170m e respectivas benfeitorias, situado na Rua 2 de Dezembro s/nº, Área 03, denominada Comunidade TABOQUINHA, Município de Belém, destinado à implantação de projeto vinculado às finalidades do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Governo federal, possuindo o referido imóvel, as dimensões, limites, confrontações e demais especificações técnicas mencionadas na planta e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo nº 2007/464107-COHAB, a saber:

“Partindo do marco P-01, situado no limite RUA 2 DE DEZEMBRO, Latitude 1°17'23,25525” Sul e Longitude 48°28'36,63701” Oeste, Datum SAD-69, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, confrontando neste trecho com RUA 2 DE DEZEMBRO, seguindo com distância de 7,00m e azimuth plano de 354°52'21” chega-se ao marco P-02, deste confrontando neste trecho com RUA 2 DE DEZEMBRO, seguindo com distância de 2,90m e azimuth plano de 97°32'41” chega-se ao marco P-03, deste confrontando neste trecho com RUA 2 DE DEZEMBRO, seguindo com distância de 39,59m e azimuth plano de 352°39'15” chega-se ao marco P-04, deste confrontando neste trecho com RUA 2 DE DEZEMBRO, seguindo com distância de 1,08m e azimuth plano de 257°32'16” chega-se ao marco P-05, deste confrontando neste trecho com RUA 2 DE DEZEMBRO, seguindo com distância de 41,47m e azimuth plano de 354°13'00” chega-se ao marco P-06, deste confrontando neste trecho com ÁREA DE TERCEIROS, seguindo com distância de 137,91m e azimuth plano de 83°56'16” chega-se ao marco P-07, deste confrontando neste trecho com ÁREA DE TERCEIROS, seguindo com distância de 49,59m e azimuth plano de 172°45'45” chega-se ao marco P-08, deste confrontando neste

trecho com PASSAGEM FURO DO MAGUARY, seguindo com distância de 33,06m e azimute plano de 271°39'53" chega-se ao marco P-09, deste confrontando neste trecho com PASSAGEM FURO DO MAGUARY, seguindo com distância de 46,58m e azimute plano de 207°47'00" chega-se ao marco P-10, deste confrontando neste trecho com PASSAGEM FURO DO MAGUARY, seguindo com distância de 15,36m e azimute plano de 220°40'42" chega-se ao marco P-11, deste confrontando neste trecho com PASSAGEM FURO DO MAGUARY, seguindo com distância de 12,11m e azimute plano de 231°28'38" chega-se ao marco P-12, deste confrontando neste trecho com ÁREA DE TERCEIROS, seguindo com distância de 61,52m e azimute plano de 276°42'18" chega-se ao marco P-01, ponto inicial da descrição deste perímetro.”

Art. 2º A Procuradoria Geral do Estado, em conjunto com a Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, promoverão as medidas administrativas e/ou judiciais que se fizerem necessárias à consecução do ato previsto no artigo anterior, ficando, desde logo, autorizados a invocar o caráter de urgência, no processo judicial de desapropriação, com fundamento no art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações que lhe foram impostas pelo Decreto-Lei nº 1.075/70, ambos recepcionados pela Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Ocorrendo eventual incidência do polígono descrito no art. 1º deste Decreto, sobre faixa de domínio da União, quando submetida a regime enfiteutico, em que o domínio útil pertence ao particular, a consumação do procedimento expropriatório ficará condicionada à prévia e expressa anuência por parte da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento.

§ 1º Configurada a hipótese prevista no *caput* deste artigo, haverá a necessidade de celebração de termo de ajuste entre os Governos Estadual e Federal, de modo a definir qual a forma jurídica mais adequada para disponibilizar a área ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

§ 2º Em caso de superposição com áreas de pleno domínio da União, estas serão excluídas do procedimento expropriatório de que trata este Decreto, aplicando-se, no que couber, as diretrizes fixadas no parágrafo anterior.

Art. 4º As despesas com execução do presente Decreto correrão por conta de verba própria do Tesouro Estadual.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de janeiro de 2008.

ANA JÚLIA CAREPA
Governadora do Estado

DOE Nº 31.086, de 14/01/2008.